

Sancionada política para consumo sustentável

Nova legislação, originária de PL na Câmara, estimulará práticas e técnicas de produção ambientalmente sustentáveis

A sanção da Política de Educação para o Consumo Sustentável (Lei 13.186/15) pela presidente Dilma Rousseff recebeu elogios na Câmara. A nova política tem o objetivo de estimular a adoção de práticas de consumo e de técnicas de produção ambientalmente sustentáveis.

A lei nasceu de projeto (PL 3582/08) da ex-deputada Rebecca Garcia, aprovado pela Câmara em 2009. Depois de ter sido alterado no Senado, o projeto voltou à Câmara e foi relatado pelo deputado Jorginho Mello (PR-SC), que ressaltou a importância da sanção.

“É um novo pensamento, mudando um pouco o conceito do consumismo. Temos que consumir com responsabilidade. Espero que agora, com a sanção, a gente possa fiscalizar e ajudar para que as diretrizes sejam concretizadas, para ter um resultado



Gustavo Lima

O deputado Jorginho Mello foi relator da proposta na Câmara

eficaz.”

Objetivos - A Política de Educação para o Consumo Sustentável deve promover o uso dos recursos naturais de forma a proporcionar qualidade de vida para a geração presente, sem comprometer

as necessidades das gerações futuras. Entre seus objetivos, a nova norma inclui o incentivo a mudanças de atitude dos consumidores na escolha de mercadorias que sejam produzidas com base em processos ecologicamen-

“É um novo pensamento, mudando um pouco o conceito do consumismo. Temos que consumir com responsabilidade.”

Deputado Jorginho Mello

te sustentáveis.

A lei pretende ainda estimular a redução do consumo de água, energia e de outros recursos naturais – renováveis ou não – nas residências e nas atividades de produção, comércio e serviços.

Além disso, deve incentivar a redução do acúmulo de resíduos sólidos, por meio da reciclagem de embalagens, pilhas, baterias, pneus, lâmpadas e outros produtos considerados perigosos ou de difícil decomposição.

Para cumprir a medida, um dos fundamentos é a capacitação dos profissionais

da educação para incluir o consumo sustentável como diretriz de educação ambiental do ensino fundamental e médio.

Racional - O deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), integrante da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, elogiou a nova Política de Educação para o Consumo Sustentável. Para o parlamentar, é necessário equacionar o aumento da população do planeta e o uso racional dos recursos naturais.

“Não há motivo nenhum para que não tenhamos uma vida saudável. A ideia básica é que a partir do momento que você gera consumo, gera insumos e também gera lixo. O volume de recursos naturais não aumentou, o que cresceu muito foi o número de seres humanos. Portanto, a sustentabilidade é fundamental”, disse Tripoli.

COMUNICAÇÃO

Rede Legislativa de Rádio e TV contará com 30 novos canais

O Ministério das Comunicações liberou 30 novos canais para a Rede Legislativa de Rádio e TV, sendo 21 de rádio e 9 de TV. O anúncio foi feito pelo secretário de Comunicação da Câmara, deputado Cleber Verde (PRB-MA), durante o congresso nacional da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral), ontem no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

Hoje 31 canais integram a rede, cujo objetivo é dar transparência ao processo legislativo e democratizar a informação pública em todo o País. Segundo Cleber Verde, ainda tramitam no ministério mais de 600 pedidos de canais.

O secretário também anunciou a assinatura de seis acordos de cooperação técnica com câmaras municipais – Rio Grande (RS), Rio Verde (GO), Jataí (GO), São Luís do Maranhão (MA) e Acorizal (MT) – e com a Câmara Legislativa do Distrito Federal. “Até o final do ano,



Antonio Augusto

Ao lado do presidente Eduardo Cunha, o deputado Cleber Verde fala durante o encontro da Astral

devemos assinar pelo menos mais 30 acordos com câmaras”, informou.

O ministro das Comunicações, deputado licenciado André Figueiredo, disse que, desde 2008, a Câmara implanta “em ritmo intenso” os canais legislativos, no conceito de multiprogramação, que permite o compartilhamento de canais entre Câmara, Senado, assembleias legislativas e câmaras municipais. “O ministério tem todo o interesse em ajudar e dar celeridade a essas ações.”

Nomeação - O presidente

da Câmara, Eduardo Cunha, afirmou que nomear um parlamentar para o cargo de secretário de Comunicação foi de importância fundamental para acelerar a implantação da Rede Legislativa. “As questões políticas têm que ser tratadas pelos políticos.”

Segundo ele, a nomeação tem dado resultado, propiciando que municípios longínquos tenham acesso à comunicação de todos os níveis do Poder Legislativo. “É muito importante que a população possa avaliar seus representantes, seja nos âm-

bitos federal, estadual ou municipal.”

Sinal - Para o presidente da Astral, Sérgio Figueiredo, “é direito do povo saber o que acontece no Legislativo”. A entidade oferece apoio técnico para as rádios e TVs legislativas.

“Há algum tempo só tinha acesso aos canais legislativos quem tinha TV por assinatura. A opção da Câmara de criar a Rede Legislativa em sinal aberto possibilitou ao brasileiro assistir às TVs da Câmara, da assembleia do estado e da câmara

Câmaras municipais e assembleias legislativas interessadas devem enviar à Câmara um ofício pedindo a adesão

municipal, em sinal aberto e digital, com qualidade”, disse Sérgio Figueiredo.

A Câmara Municipal de Campos de Goytacazes, com cerca de 500 mil habitantes, foi a primeira do Rio de Janeiro a conseguir a autorização do ministério para operar e integrar a Rede Legislativa. O presidente daquela Casa, Edson Batista, espera que a TV em sinal aberto esteja no ar em seis meses.

Adesão - A coordenadora da Rede Legislativa de Rádio e TV, Evelin Maciel, explicou que a meta é universalizar o sinal da TV Câmara e das TVs parceiras, chegando ao País todo. Segundo ela, câmaras municipais e assembleias legislativas interessadas devem enviar à Câmara um ofício pedindo a adesão. “Com isso, solicitamos o canal no ministério”, disse.